

Gramática complexa dificulta ensino e cria erros

Nelsa Amaral

De acordo com alguns padrões mais rigorosos, os jornais escrevem errado em todas as suas seções (ou sessões? ou cessões?), a televisão fala errado e as pessoas falam errado. Pelas escolas, nos ofícios, decretos e leis, se infringe as regras básicas da gramática. No Brasil, escreve-se tão fora das normas como se vive. A rigor, o brasileiro não sabe escrever e, como as leis, também não respeita a

Preocupação que tem mil anos

Desde que começou a ser falada, há aproximadamente 1000 anos — só se aprendeu a escrever há 700 — a língua portuguesa deu muito trabalho; e continua dando. Com suas 400 mil palavras e 150 milhões de usuários espalhados em cinco continentes, ela é ainda um problema para o governo, para os professores, e sobretudo para quem a quer usar bem. Nos últimos meses, ela passou a ser alvo das atenções e, por absoluta falta de costumes, criou-se de imediato uma polêmica nacional, da qual não deixaram de participar nem mesmo alguns irmãos lusos.

As leis, inúmeras, que se sucedem (ou susse-dem?), uma revogando as outras, poucas vezes serviram para melhorar a qualidade de vida e de escrita dos brasileiros. Como são, em geral, falhas e ineficazes, elas acabam servindo para ser transgredidas, mesmo as respeitáveis, como ocorreu com as mudanças estabelecidas pela reforma ortográfica de 1971. Em se tratando de idioma, há uma espécie de esquizofrenia: não se escreve como se fala e não se fala como se escreve. O brasileiro não sabe escrever e não sabe

gramática. Mas a nossa gramática merece respeito? Muitos garantem que não, que seria melhor mudá-la, a ter que conviver com os “estrupos”, desculpe, estupro, que se cometem (ou se comete) no dia-a-dia, passíveis de punição. Mas e as próximas gerações? Que língua estarão falando? Os educadores garantem que a Língua Portuguesa, assim como a educação, está vivendo seus maiores momentos de crise e, a continuar a atual tendência, estaremos, brevemente, falando o **brasiliquês**.

Apesar de favoráveis a algumas mudanças no ensino da língua portuguesa propostas pelo CFE, a Upes e a Sedu (Secretaria de Estado da Educação) têm uma série de restrições ao projeto, considerado “fora da realidade” pela secretária Ana Bernardes. Na sua opinião, é necessário uma reformulação não só da parte pedagógica do ensino da língua portuguesa no país, mas também promover ampliação na rede física das escolas, o que significaria, no seu entender, dobrar o número de professores e a capacidade física das escolas, “além de dotá-las com equipamentos para lazer, educação física, enfim, diversas atividades socializantes e essenciais numa escola”.

Enquanto a reforma não vem, como anda o ensino da língua portuguesa no Estado? Caótico, na opinião de Márcia Almeida Machado, do Sindicato dos Professores de Estabelecimentos de Ensino — da rede privada — e para a qual existe omissão das entidades educacionais e do próprio



adianta exigir que sigam regras gramaticais, se nem conseguem entender a si mesmos”, explicou.

Apesar de cada um analisar a questão sob uma ótica diferente, todos, entretanto, acham que está havendo uma queda na qualidade do ensino. Até mesmo o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino atribui esta queda às “peripécias” do Plano Cruzado. No seu entender, com os preços baixos das mensalidades, impostos pelo congelamento dos preços, as escolas são presumivelmente obrigadas a contratar professores recém-saídos dos cursos, sem qualquer especialização, em decorrência dos baixos salários pagos. De acordo com os diretores das escolas da rede privada, os “bons” professores — com cursos de

especialização e aperfeiçoamento — estão preferindo procurar outros centros, onde supostamente os salários são mais vantajosos e, assim sendo, a tendência do ensino é piorar, principalmente no período de alfabetização.

Com a precariedade do ensino e as complicações inerentes à língua, muitos educadores questionam o final dessa novela. Ou seja: qual será a consequência mais grave da decadência da educação e, em particular, do ensino da língua portuguesa. A julgar pela história, ao final, o povo é que estará certo, também em matéria gramatical, impondo o seu modo de se expressar. Afinal, não foi do latim erudito, mas do vulgar, que surgiu a nossa língua.

Há necessidade de tantas regras?

Chegou hora da onça beber água ou chegou a hora de a onça beber água? **Vende-se** casas ou **vendem-se** casas? Já estão duas expressões que atormentam o falante da língua portuguesa. Segundo as normas (ainda) em vigor, o certo é dizer “chegou a hora de a onça beber água” e “vendem-se casas”. Se antes de **P** e **B** só se escreve **M**, por que taberna não tem a letra impositiva?

Hoje, porém, com o desenvolvimento da Linguística, os princípios draconianos começam a ser superados e cresce o número de linguistas que negam obediência aos dogmas gramaticais. Atualmente, há duas ortografias para a nossa língua: a portuguesa, também adotada nos países africanos que falam esta língua, e a brasileira. Mas a disposição de alguns linguistas — inclusive lusos — é de que as diferenciações sejam suprimidas e seja adotada forma única nos cinco continentes em que a língua é falada.

Simplificar a ortografia

Ninguém deve se preocupar em que tais mudanças impliquem regras rígidas na construção de frases (diferentes em países como Brasil e Portugal). Bicha, para os portugueses, continuará significando fila. E rapaz em Moçambique, não perderá seu sentido pejorativo. O que muda é a forma de escrever determinadas palavras. Adoção, na grafia de Portugal, é adoção, a letra **p** servindo para abrir o timbre da vogal anterior. O mesmo com redacção, activo e direcção. Estas letras poderão cair porque em outras palavras, também em Portugal, o timbre já é aberto sem a necessidade de uma letra, como padeiro ou pregar.

Segundo os gramáticos brasileiros, a forma

escreve como se lia e não se lia como se escreve. O brasileiro não sabe acentuar, não sabe quando separar as palavras por hífen, nem descobriu ainda se um avião aterrissa ou aterriza — ou se faz as duas coisas quando desce.

A decadência

“Com esesão de Paulo Jozé, todos ficaram muito felizes com as alterações feitas na caza e axaram que foram para melhor. Depois de um ezame minusiozo, xegaram à conclusão de que até as árvores haviam cresido durante a permanência de Beatris”. Bem que poderia ser um trecho de uma redação do último vestibular, ou mesmo um dos últimos artigos de Glauber Rocha. Trata-se apenas de frases de acordo com os planos de uma centena de gramáticos que defendem a simplificação da ortografia brasileira. No mês passado, o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, homologou a resolução do Conselho Federal de Educação sobre a reformulação da língua portuguesa.

As principais mudanças propostas pelo CFE — os seus desdobramentos e os detalhes sobre sua aplicação ainda não chegaram ao Conselho Estadual de Educação, conforme informou seu presidente, professor Emílio Zanotti, que já providenciou um pedido de maiores informações ao CFE — são a substituição da denominação de **Comunicação e Expressão por Língua Portuguesa**, restauração da carga horária mínima de cinco horas semanais e modificação do processo de formação dos professores de 1º e 2º graus.

Os argumentos do ministro Bornhausen se basearam nos 300 mil professores da rede oficial que não estão devidamente capacitados para o exercício da função. Para qualificar melhor os professores, a resolução do CFE diz que não só os currículos de escola normal e do curso de letras devem ser alterados, mas também os de outros cursos com licenciatura. Aqui no Estado, não foram poucas as vezes em que a União dos Professores (Upes) e o Sindicato dos Professores da rede privada denunciaram a proliferação de escolas “de fundo de quintal”, que vêm empregando professores não-capacitados para alfabetizar crianças, pagando salários de Cz\$ 400,00 e Cz\$ 500,00.

omissão das entidades educacionais e do próprio Estado na questão da alfabetização. Omissão ou não, o fato é que a própria secretária Ana Bernardes admite que o rendimento deficiente no ensino da língua portuguesa está nos baixos salários dos professores, desestimulando a categoria e não atraindo os professores para o cargo.

Um professores das séries iniciais — 1ª à 4ª série do primeiro grau — tem seu salário, hoje, em torno dos Cz\$ 1,2 mil e Cz\$ 1,5 mil, o que não lhe deixa uma sobra para se aperfeiçoar ou se especializar, mesmo que seja acompanhando os últimos lançamentos literários da área. Em algumas escolas, como denunciou o Sindicato dos Professores, até mesmo o período concedido para o professor fazer um curso ou participar de congressos é descontado de sua aposentadoria ou das férias.

Se não fosse por iniciativa das entidades clásticas, como a Upes e sindicatos, dificilmente o magistério teria oportunidade de participar de seminários e palestras. “O professorado precisa ser bem remunerado”, já disse a professora de língua portuguesa e membro da diretoria da Upes, Delza Lombardi, ao lembrar que as atividades do professor não terminam na escola, mas no convívio familiar, que é obrigado a interromper para corrigir trabalhos e fazer planejamento das aulas.

“Depois da reforma ortográfica de 1971 — Lei 5.692 — houve também uma disposição do Governo Federal em reduzir ao máximo o número de alunos reprovados, diante do pequeno número de escolas, insuficiente para atender a todos. Os alunos foram empurrados e muitos, como hoje, saíam da escola sem condições de redigir”, disse Delza Lombardi, considerando a questão muito mais complicada do que se imagina.

A dificuldade das pessoas aprenderem a língua portuguesa, como afirmou Delza Lombardi, com 15 anos de magistério, começa “na dificuldade da pessoa escrever o que pensa”. Na sua análise, os próprios pensamentos ainda não conseguem ser bem interpretados pelas pessoas, refletindo assim sobre o processo de aprendizado. “Essa é a nossa maior preocupação, porque não

Prezado a amigo Olegario
eu li escrevo para pedir
uma mucica esplode coração
com criz i raube operoso a vole
aminha amigo Artinda de Jesus de
Santos que todos dia esta ligadinha
em voce i operoso a meus espos
antonio meus 3 filho a lilia a
Cláudia Clebesom nada mais
da sua ovinti que todos dia
esta ligadinha em voce

Na carta, a “ovinti” comete erros; está muito “ligadinha” em “pidir mucica”

Cartas negam trabalho do Mobral

Centenas de cartas chegam diariamente às emissoras de rádio e TV. Em muitas delas, uma pequena demonstração do que foi o programa de alfabetização “em massa” desenvolvido pelo Governo Federal até novembro do ano passado, o popular e inócuo Mobral — que somente no Espírito Santo “alfabetizou” quase duzentos mil pessoas. “Estamos ensinando o brasileiro a não gostar da língua portuguesa”, já disse a professora Eunice Pontes, da Universidade Federal de Minas Gerais.

A sua opinião — que não é isolada — pode ser um mero reflexo da realidade, quando se constata que uma grande quantidade de pessoas ainda prefere escrever como fala a ter que recorrer ao complicado labirinto da língua portuguesa. A pseudo-alfabetização pelo Mobral foi ainda mais evidenciada nas eleições do último dia 15. Afora as dificuldades decorrentes do modelo da cédula eleitoral e do processo de apurações em si, os escrutinadores foram unânimes em atribuir à péssima

grafia dos eleitores a demora dos resultados oficiais.

“Osso o Plograma”

“Eu osso o seu plograma todos os dias. Meu filho tá muito satisfeito com o lp que ele deu ele faz a maior popaganda do plograma na rua. Aproveite para pedir a você um fogão que prezizo muito eu não tenho condisão de comprar. Estou conzinhando no fogão da minha conhada sofre muita umilhação dela só vive falando que vai tomar de mim, pesso pelo amor de Deus”.

Os erros, contidos numa carta enviada a um programa de rádio GAZETA AM, servem para reforçar os argumentos daqueles que acreditam que o Mobral teve como objetivo maior ensinar as pessoas a escrever o próprio nome, de modo a reduzir os índices brasileiros de analfabetismo. O professor Antônio Houaiss já dizia, que no final do curso, “o estudante terminava conhecendo o seu idioma tanto quanto um pigueu africano de 12 anos que jamais cursou escola”.

Segundo os gramáticos brasileiros, a forma ideal para a simplificação da ortografia seria a adoção de um fonema para cada letra e uma letra para cada fonema. Assim, seriam eliminados os inconvenientes de se ter sons iguais grafados de formas diferentes, ou grafias iguais com sons diversos. Dessa forma, ninguém mais precisaria perguntar, por exemplo, se xicara se escreve com x ou ch, ou quando se emprega as palavras concerto e conserto, seção, sessão ou secção.

Na opinião de alguns professores de Português, não é a ortografia que precisa ser reformulada, mas sim o ensino da ortografia e com ele todo o ensino da Língua Portuguesa. As alterações na gramática, se significam menos trabalho para quem está na escola, são sinônimo de grande confusão para quem já saiu dela. Exemplo disso é a reforma ortográfica de 1971, que até hoje não foi completamente assimilada pela população. Apesar de não ter ido além dos acentos (e não assento), ainda confunde uma legião de brasileiros.

Angola, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, aprovaram em maio passado, algumas modificações ortográficas, entre elas as seguintes:

— Não se emprega o hífen, salvo quando se tratar dos prefixos **sem, ex, vice, além, recém, aquém**, ou prefixos que têm acento gráfico próprio, como **pós, pré, pró**. Exemplos: “contrapartida”, “autogestão” e “recém-inaugurado”.

— Admite-se a supressão do “h” inicial, quando a palavra está consagrada pelo uso, como “erva” em vez de “herva”. Ou se o “h” inicial passa a interior, por via de composição, e o elemento em que figura se aglutina ao precedente, suprime-se. Exemplo: “superomem”.

— São consideradas normais na escrita corrente as formas “quer” e “requer”, dos verbos “querer” e “requerer”, em vez de “quere” e “requere”.

— O “k”, o “w” e o “y” mantêm-se nos vocábulos derivados de nomes próprios estrangeiros e em símbolos e abreviações. Exemplo: franklinianos.

— Haverá acento agudo nas vogais “a”, “e” e “o” abertas, seguidas ou não de “s”, de vocábulos agudos ou oxítonos. Exemplo: “pá” e “rajá”.